

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ  
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO: MÉTODOS E TÉCNICAS DE ENSINO**

**ADRIANA DE CÁSSIA RODRIGUES ZOLIN**

**A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO REGULAR**

**MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO**

**MEDIANEIRA**

**2012**

ADRIANA DE CÁSSIA RODRIGUES ZOLIN

## **A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO REGULAR**

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Especialista na Pós Graduação em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR – Câmpus Medianeira.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Aprígio.

MEDIANEIRA

2012



Ministério da Educação  
Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação  
Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de  
Ensino



## TERMO DE APROVAÇÃO

---

### A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO REGULAR

Por

**Adriana de Cássia Rodrigues Zolin**

Esta monografia foi apresentada às 11:00 h do dia 01 de dezembro de 2012 como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista no Curso de Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Câmpus Medianeira. O candidato foi argüido pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho .....

---

Prof.<sup>o</sup> Dr. ANTONIO APRIGIO  
UTFPR – Câmpus Medianeira  
(orientadora)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ivone Terezinha Carletto de Lima  
UTFPR – Câmpus Medianeira

---

Prof.<sup>a</sup> M.Sc. Neron Berghauser  
UTFPR – Câmpus Medianeira

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Shiderlene Vieira Almeida  
UTFPR – Câmpus Medianeira

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar, a Deus, fonte de inspiração para seguir meu caminho, amigo fiel e companheiro, por me ter concedido paciência e também oportunidade de percorrer nessa jornada e pela sabedoria com que guia os meus passos.

Aos colegas de sala e amigos, pelo companheirismo, amizade e pelos grandes desafios enfrentados juntos, pela coragem e imensa força de vontade de vencer, que fez com que prosseguíssemos em busca dessa tão grande realização de nossas vidas.

Ao meu orientador, pela dedicação, conhecimento, esforços, comprometimento e exemplo de profissionalismo repassados durante a realização deste Trabalho de Conclusão de Curso da Pós-Graduação.

A todas as pessoas, que direta ou indiretamente, fizeram parte desse estudo. Muito obrigada!

Dedico aos meus familiares pela compreensão, dedicação e confiança, pois sempre acreditaram em mim, e por terem me ajudado e compartilhado mais essa etapa e vitória em minha vida.

ZOLIN, Adriana de Cássia. **A Educação Inclusiva no Ensino Regular**. 2012. 30 fls. Monografia (Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2012.

## **RESUMO**

Este trabalho tem como objetivo analisar a Educação Inclusiva no Ensino Regular ao realizar uma abordagem da importância deste processo para as crianças, pois inúmeras delas diariamente são excluídas pela sociedade em todos os aspectos e não somente na área da educação e no social. Através das leis consolidadas as crianças adquiriram esta inclusão, um marco na história de educação que precisou ao longo do tempo ser consolidado e aperfeiçoado conforme as necessidades das crianças, de modo a constituir-se um instrumento primordial para a criança com deficiência por possibilitar o direito a igualdade. Este trabalho foi composto de pesquisa bibliográfica, a qual analisa diversos e diferentes autores que abordam acerca da inclusão.

**Palavras-Chave:** Inclusão. Educação. Igualdade.

ZOLIN, Adriana de Cássia. **A Educação Inclusiva no Ensino Regular**. 2012. 27 fls. Monografia (Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2012.

### **ABSTRACT**

This study aims to analyze the Inclusive Education in Regular Education to make an approach to the importance of this process for the kids because many of them on a daily basis are excluded by society in all respects and not only in education and social. Through the consolidated laws children acquired this inclusion, a landmark in the history of education that needed to be consolidated over time and perfected as the needs of children, in order to constitute a key instrument for children with disabilities by enabling the right equality. This work consisted of literature, which analyzes several different authors who address about inclusion.

**Keywords:** Inclusion. Education. Equality.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>08</b>
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>10</b>
2.1 A EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	10
2.2 A INCLUSÃO ATRAVÉS DE SUA LEGISLAÇÃO.....	15
2.3 SOCIEDADE, FAMÍLIA E ALUNO.....	19
<b>3 METODOLOGIA.....</b>	<b>22</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>23</b>
<b>REFERENCIAS.....</b>	<b>25</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho analisa o processo de desenvolvimento da educação inclusiva para as crianças com necessidades especiais, assim como a sua função em estar proporcionando a estas maior interação com as demais pessoas à sua volta, enquanto instrumento de atenuação da discriminação e do preconceito da própria sociedade. Além disso, analisa a questão dos desafios encontrados na Educação Inclusiva, onde por falta de informação, preconceito e exclusão tanto por parte dos professores quanto da própria família, a criança com deficiência encontra barreiras que a impedem de crescer junto com as demais crianças.

Através desta abordagem, é possível analisar que o papel da escola é essencial para a inclusão das crianças com necessidades especiais, desde o acesso a tal até a função do professor mediante esse processo de inclusão.

Atualmente a escola é considerada uma instituição que se destaca por ser favorável à transformação social, realizada através da inclusão e de oportunidades educativas, e por promover amplas discussões na busca de oferecer oportunidades de mudanças, de modo a atender de fato às necessidades educativas especiais, favorecendo aos próprios deficientes a sua inserção na sociedade, em todos os aspectos, sejam eles econômicos, sociais ou educacionais, propiciando assim a inclusão.

A escola inclusiva às crianças com necessidades especiais diz respeito à identificação das mesmas e a remoção de barreiras, o que implica na coleta contínua de informações valiosas para atender o desempenho dos alunos para planejamento e estabelecimento de metas neste sentido.

Não obstante, a inclusão também pressupõe um maior envolvimento entre a família e a escola e entre a escola e a comunidade, onde todos buscam uma educação de qualidade para todas as crianças com necessidades especiais.

Importante destacar que uma educação inclusiva de qualidade está fundamentada no direito de todos os alunos receberem uma educação de qualidade que satisfaça suas necessidades básicas de aprendizagem e enriqueça suas vidas, pontua Fávero *et al* (2009).

Assim, ao atentar-se aos grupos marginalizados e vulneráveis, a educação inclusiva de qualidade busca desenvolver todo o potencial de cada pessoa,

objetivando erradicar todas as modalidades de discriminação e fomentar a coesão social.

A criança com deficiência por muito tempo teve sua imagem associada à incapacidade, à limitação e à doença, pontua Mazzota (2001), o que acabou ganhando força e se cristalizando, embora a deficiência seja apenas caracterizada por seu aspecto biológico.

Diante dessa realidade, originaram-se as ações de adaptação do sujeito à sociedade, todavia, desacompanhadas da busca por transformações sociais que excluíssem as barreiras estruturais e humanas impostas à pessoa com deficiência, obstando assim que suas limitações transformassem-se em uma forma de proporcionar novas possibilidades a este ser humano. Deste modo, passou a imperar a dificuldade da sociedade em se prontificar para a aceitação desses alunos, fazendo com que sejam discriminados e possuam muitas dificuldades à acessibilidade e validação de seus direitos.

Importante destacar diante destes aspectos a imprescindibilidade dos professores valorizarem os fatores responsáveis e as características das deficiências, bem como as metodologias específicas para os deficientes e as barreiras vencidas pelo respeito, acolhimento e apoio às famílias dos educandos com necessidades especiais.

Portanto, o objetivo deste trabalho é compreender a atual importância da inclusão dos alunos especiais no Ensino Regular como uma das formas de possibilitar aos mesmos o direito a igualdade, a justiça e a uma educação com qualidade, demonstrando diretamente a importância do papel da escola e do professor no processo de construção da inclusão e destacando o contexto histórico do surgimento do aluno especial.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

De acordo com Mantoan (2003), a educação inclusiva é fruto de uma educação plural, democrática e transgressora, haja vista que a mesma gera uma crise escolar, ou seja, uma crise de identidade institucional, que, por sua vez, abala a identidade dos professores e faz com que seja ressignificada a identidade do aluno. Deste modo, a educação para todos tem como objetivo desempenhar seu dever de abranger todas as crianças na escola e defender valores como ética, justiça e direito de acesso ao saber e à formação. Carvalho (2000), por sua vez, defende a inclusão responsável, concebendo-a como uma metodologia, direito a igualdade, com equidade de oportunidades.

A inclusão educacional na área dos valores humanos é basicamente o fundamento da importância do outro, é a conservação da alteridade como embasamento dos direitos e deveres de todos, como observa Mantoan (2007), a educação inclusiva abarca, essencialmente, uma transformação de modos face ao próximo, que não é mais um indivíduo qualquer, com o qual simplesmente topamos na nossa existência e com o qual convivemos um tempo, maior ou menor, de nossas vidas.

Na concepção de Carvalho (2008), a educação inclusiva nasceu como realidade, não sendo mais admissível ignorá-la, sendo então necessário haver uma reconsideração da escola, deixando de lado o padrão do aluno ideal e buscando a aceitação do diferente. O autor complementa que “somos diferentes e queremos ser assim e não uma cópia malfeita de modelos considerados ideais. Somos iguais no direito de sermos inclusive, diferentes” (CARVALHO, 2008, p.23).

Coll (2004) por sua vez anuncia que a educação inclusiva ao longo de seu desenvolvimento, busca atenuar as discriminações existentes quanto às crianças com necessidades especiais, passando por várias transformações, especialmente durante os anos 1990, nos quais a luta contra qualquer forma de discriminação esteve presente.

Para Fonseca (2005), a educação inclusiva aos poucos estruturou uma nova forma de olhar a Educação, criando uma escuta mais precisa de cada criança, na

medida em que tem como uma de suas prioridades atender às necessidades de aprendizagem das mesmas, assim como de jovens e adultos, fazendo deste modo crescer o direito dos portadores de deficiência no processo educacional. Além disso, encarregou-se de transformar os sistemas educacionais, priorizando ações de ampliação da educação infantil, programas para a formação de professores e organização de recursos e serviços pedagógicos e oferecendo alternativas de atendimento, exigindo para tanto mudanças na formação de professores e planejamento adaptados para efetivar a educação inclusiva.

Para Mantoan (2003), as políticas educacionais que assumem uma preferência pela inclusão asseguram um atendimento para todos os níveis de ensino desde a educação infantil até a universidade, pelo fato de ser a escola comum o ambiente mais apropriado para assegurar o relacionamento dos alunos com ou sem deficiência e de mesma idade cronológica, o rompimento de qualquer ação discriminatória e todo tipo de interação que possa favorecer o desenvolvimento social, motor, afetivo e cognitivo dos alunos, em geral.

Fonseca (2005) observa que o maior desafio para uma educação inclusiva são as barreiras encontradas ao longo de todo o processo educacional, destacando entre elas a falta de adaptação das escolas regulares e de professores que não recebem adequadamente alunos com deficiência em sala de aula, além da discriminação e do preconceito encontrado na sociedade e, muitas vezes, entre a própria família. Assim, para o autor, quando se trata do direito à educação, é essencial que seja realizada uma reforma estrutural e organizacional nas escolas, a fim de se recuperar o tempo perdido.

Ainda segundo Fonseca (2005), a pretensão da educação inclusiva é alertar não apenas os educadores, mas também a sociedade de forma geral, para a exigência atual de uma educação mais que inclusiva, uma educação que respeite as diferenças e faça delas um instrumento de resignificação de papéis. O autor também ressalta que, as pessoas com necessidades especiais carecem da inclusão para que possam exercer seus direitos a igualdade.

No que tange à educação, cita-se por fim que a inclusão contrapõe-se a todo e qualquer tipo de discriminação, e nessa perspectiva é preciso que a escola reavalie todos os seus conceitos, em busca de uma educação que respeite a heterogeneidade. Todavia, esta é uma tarefa árdua para uma instituição que se

acomodou com a padronização, excluindo de seu espaço qualquer forma de diversidade.

Diante destes aspectos, justifica-se a relevância de compreender a inclusão dos alunos com deficiência especial, visto que desta forma é possível destacar a essencialidade da inclusão em todos os aspectos, acrescenta Fonseca (2005).

Para Mazzota (2001), o termo inclusão surgiu na política como forma de pensar o homem moderno, tendo o mundo globalizado como referência, onde encontramos os que estão dentro e os que estão fora. E, no Brasil, o termo passou a circular em meados dos anos 1980, principalmente através de grupos políticos de esquerda brasileira. Sendo que, a partir do início do século XXI, se iniciaram com maior intensidade os debates acerca deste tema.

Segundo Gandra (2010), a inclusão social vem ocorrendo no Brasil nas dimensões de inserção econômica, composta de emprego e renda, inserção educacional, gerada por educação e conhecimento, e inclusão digital, cujos principais componentes são a informação e a comunicação.

Mazzota (2001) explica que o movimento de luta pelos direitos das pessoas com deficiência teve seu marco histórico em 1981, quando a Organização das Nações Unidas (ONU) declarou-o como o Ano Internacional das Pessoas Deficientes. Neste ano, importantes conceitos ganharam conhecimento internacional, com os conceitos de vida independente, o de igualdade (de poder exercer os direitos de cidadãos) e o de capacidade, que representa a garantia de terem as mesmas oportunidades da população em geral. Sendo que, a partir deste momento o movimento ganhou maior visibilidade, e veio a impulsionar outros posteriormente, como a inclusão escolar.

A inclusão escolar é um conjunto de meios e ações que combatem a exclusão aos benefícios da vida em sociedade, provocada pela diferença de classe social, etnia, educação, idade, gênero, deficiência, manifestação de fé, ou preconceitos raciais. Porém, a inserção não deve ser vista somente como sendo um problema pessoal a ser resolvido nas estruturas do sistema onde já deveria fazer-se presente.

Segundo Vitta e David (2007), a inclusão social, por sua vez, é uma ferramenta aplicada para a construção de um novo tipo de sociedade, através de transformações nos ambientes físicos (espaços internos e externos, equipamentos, aparelhos e utensílios mobiliários e meios de transporte), e na mentalidade de todas

as pessoas, portanto, também do próprio portador de necessidades especiais. Já a inclusão escolar possibilita ao ser humano novos conhecimentos, com novas técnicas e formas para a produção da vida material, formando novas sociedades, culturas e formas de trabalho. No entanto, para a realização de sua finalidade e para adaptar-se ao acesso de todas as crianças com deficiência especial, a escola precisa ser revisada em seus desígnios, conteúdos e práticas, valorizando as diferenças, pois o preconceito e a discriminação dificultam a inserção dos alunos portadores de necessidades especiais nas escolas regulares.

Para Sánchez (2005), a proposta de inclusão tem como pressuposto o sucesso de cada criança através da utilização de uma pedagogia centrada no aluno, para que se possam ultrapassar as dificuldades apresentadas, mesmo àquelas que possuem desvantagens severas. Assim, para a autora, o sistema educacional é quem primeiramente garante o lugar do desenvolvimento e da inclusão social, permitindo que as crianças, jovens e adultos portadores de deficiência especial sejam únicos, seguindo em direção a uma sociedade inclusiva e quanto mais séria forem as dificuldades, maiores serão os esforços da escola para adaptar-se.

É preciso que a educação seja levada a todos os alunos, de acordo com suas diferenças, potencializando e valorizando as particularidades de cada criança. É primordial que todas as ações apontem para a inclusão das pessoas com necessidades especiais, com estruturas e planejamento, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade, respeitando todos os direitos. É preciso fazer uma avaliação quando os portadores de deficiência são excluídos da sociedade levando em consideração a importância de se debater este tema que ainda não foi superado pela comunidade, explica Sánchez (2005).

Diante da relevância da educação inclusiva, destaca-se o papel e a relevância de o professor adaptar-se de forma curricular para atender as necessidades do aluno portador de deficiência e dos demais alunos, a fim de desenvolver a igualdade, elevando a autoestima dos estudantes, o que certamente resultará em um salto qualitativo na aprendizagem, pois a educação é um poderoso instrumento na promoção da igualdade de direitos, tanto para os alunos quanto para a sociedade em geral.

Bayer (2006) explica a importância do professor considerando que o mesmo sempre foi visto como a fonte e o distribuidor de conhecimento, sendo que as diferenças entre os alunos fazem com que estes profissionais busquem fontes e o

aperfeiçoamento para lidarem com as necessidades de cada aluno individualmente. O autor ressalta que Educação Inclusiva implica na formação de um professor que saiba trabalhar com classes heterogêneas, com conteúdos curriculares diferenciados e adaptados, que utilize estratégias de ensino que melhor se conduza as necessidades específicas de cada aluno. Assim, a participação do aluno, a interação e a aprendizagem é o foco principal. Os recursos e as técnicas para fornecer informações e dirigir o currículo de uma maneira que os alunos tenham não somente as habilidades e as oportunidades, mas a motivação para dirigirem as suas necessidades de aprendizagem, são os desafios do professor, pontua o autor.

Por outro lado, Beyer (2006) observa que a maioria dos profissionais da educação não está preparada para colocar em prática os princípios da inclusão, ressaltando que, o professor precisa estar capacitado para entender a criança com deficiência levando em consideração o ritmo de cada aluno não inferiorizando, pois a criança com necessidades especiais apresenta muitas debilidades e limitações e, além disso, compreender a deficiência com o objetivo de evitar a discriminação e o preconceito que muitas vezes é ocasionado sem intenção pelos próprios alunos do ensino regular ou por outros profissionais da educação.

São diversos os questionamentos acerca de como deve ser o atendimento à uma criança portadora de deficiência, diante do fato de que todas as crianças têm o mesmo direito à educação, todavia, deve-se levar em consideração que estar na escola e ser aceita pela comunidade escolar é um direito de qualquer pessoa, pois de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, a formação de profissionais da educação para uma escola inclusiva limita-se não apenas a cursos de capacitação e aperfeiçoamento, mas somar ao conhecimento já existente e inovar o planejamento, ministrando as aulas de forma dinâmica, interessante e participativa, conclui Beyer (2006).

Carvalho (2005) enfatiza que, incluir não significa apenas pôr todas as crianças em uma mesma condição, haja vista incorrer-se no risco de a partir daí praticar-se uma perversa exclusão, observando que, o estar fisicamente em um lugar não quer dizer que se faça parte dele. Além da inserção física, é imprescindível que todos os estudantes sejam favorecidos com a inclusão na aprendizagem e na inclusão social, exercitando o desenvolvimento e a plena cidadania, complementa o autor.

O desafio da educação, portanto, é organizar as escolas, atendendo a todos os alunos sem nenhuma discriminação, valorizando as diferenças, enriquecendo o processo educacional, tendo participação com igualdade de oportunidades.

Para que se torne realidade a educação inclusiva responsável demanda preparo das escolas, o que consiste na preparação para a docência de profissionais, tanto do ponto de vista técnico quanto psicológico, e acolhimento da diversidade. Além de gestores comprometidos com a qualidade do ensino e da consideração aos direitos constitucionais dos profissionais geridos e dos alunos com necessidades especiais.

A fim de que esse comprometimento com a educação se concretize além de propagandas nos meios de comunicação e boa vontade, faz-se imprescindível a efetivação de ações políticas em favor da educação inclusiva, em consonância à Constituição Brasileira de 1988, no que diz respeito aos artigos do direito a Educação Especial, assim como outras resoluções importantes dessa, como o Princípio da Igualdade e o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana.

Por fim salienta-se que a inclusão é um processo inacabado que ainda precisa ser revisado, fazendo-se, portanto, necessário a união de todos os membros da comunidade docente para sua implementação.

## 2.2 A INCLUSÃO ATRAVÉS DE SUA LEGISLAÇÃO

De acordo com as Diretrizes Curriculares da Educação Especial para a Construção de Currículos Inclusivos (2006), as necessidades especiais não se portam como objetos que são transportados de um lado para outro, dos quais pode-se desfazer quando bem entender. Diante disso, nos últimos anos, a expressão portador tem sido evitada para se referir-se a esse grupo de pessoas, preferindo-se em seu lugar, referir-se a “pessoa com” ou alunos com necessidades educacionais especiais.

Para Rodrigues (2008), as necessidades especiais são decorrentes das oportunidades existentes ou não bem como dos instrumentos e das mediações que possam ser apropriados por estas pessoas em suas relações sociais e não resultam unicamente das deficiências biológicas que possam apresentar.

Deficiências, dessa forma, são inerentes aos sujeitos, constituem sua subjetividade, não definem sua essência, mas determinam modos de ser e de estar no mundo que podem gerar ou não impedimentos, ou colocar os sujeitos que as apresentam em situação de desvantagem.

Na concepção de Schwartzman (1999), embora que não se negue que sejam condições orgânico-funcionais concretas, que acarretam incapacidades, as limitações decorrentes dessa situação serão dependentes dos resultados da interação das características diferenciadas das pessoas especiais com as representações em torno delas e das tecnologias no meio social a seu serviço.

O que fica evidente é o fato de que as necessidades especiais não se referem às limitações apresentadas pelas pessoas, mas às exigências de ampla acessibilidade que oportunize as condições necessárias à independência e a autonomia dos sujeitos. Evidencia-se, portanto, a responsabilidade social de prever e prover meios de satisfazer essas necessidades, ao invés, de destacar o sujeito que apresenta, pontua Rodrigues (2008).

A Educação Especial, como observa Bautista (1997), se organizou tradicionalmente como atendimento educacional especializado, substitutivo ao ensino comum, evidenciando diferentes compreensões, terminologias e modalidades que levaram a criação de instituições especializadas, escolas e classes especiais.

Essas organizações fundamentadas no conceito de normalidade e anormalidade, de acordo com o autor supramencionado, determinam formas de atendimento diversificado e diferenciado, clínico, terapêutico, ancorado nos testes psicométricos que, por meio de diagnósticos definem as práticas escolares para os alunos com deficiência.

Embora a Constituição Federal Brasileira de 1988 não tenha se utilizado da expressão “inclusão”, são os princípios dessa filosofia que se encontram alterados no texto constitucional, e não os da integração, pois como apresentado no art.3º da referida lei, é objetivo fundamental da República Federativa do Brasil a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, onde as desigualdades sociais sejam reduzidas, promovendo-se o bem de todos sem qualquer tipo de preconceito (BRASIL, 1988).

É preciso compreender a ideia de escola para todos no seu sentido mais abrangente, de forma a não excluir ninguém do sistema educacional. Werneck (1999, p.195) atenta que pode até parecer absurdo que toda criança tenha o direito

de freqüentar a escola regular, incluindo aquela cuja única forma de comunicação seja piscar os olhos, mas esta é a proposta da sociedade inclusiva.

Para Werneck (1999), para a construção de uma escola livre de preconceitos a Inclusão Educacional deve atuar no sentido de favorecer a convivência com a diversidade e instituir o respeito e a fraternidade entre as pessoas. A escola inclusiva para o autor deve promover o convívio com as diferenças, o que deve ser estimulado desde a mais inicial das formas de convivência social na Educação Infantil. A partir do momento em que se favorece o convívio com a diversidade desde cedo, se ganha na construção da cidadania, pois o modo eficaz de combater o preconceito é na infância, impedindo que o mesmo apareça, complementa o autor.

Nada obstante, importante salientar que o convívio plural auxilia na formação de adultos conscientes de que o processo inclusivo é salutar e necessário, pois aqueles que na infância desfrutaram da presença de crianças e de adolescentes com deficiência em sua escola, não duvidarão da capacidade destas pessoas e, com certeza, estimularão a inclusão de todos em um mesmo ambiente, aponta Werneck (1999).

De acordo com a UNESCO (1994), na década de 1990 aconteceram amplas reformas estruturais e educacionais no país, inspiradas e direcionadas por organismos internacionais, caracterizadas pelo discurso de Educação para Todos, fazendo com que o governo sentisse-se pressionado, diante das mudanças, em obedecer ao paradigma da educação inclusiva, o que trouxe uma mudança radical no panorama do sistema educativo do Brasil, principalmente em relação ao aumento do número de matrícula das crianças com deficiência na rede regular de ensino.

Iniciou-se nesse período a ideia de uma educação inclusiva, quando se ampliou a discussão sobre a atuação da educação especial, principalmente nas escolas públicas. A nova proposta de educação inclusiva trouxe em si a luta para romper com a ideia de inserção apenas física das crianças com deficiência na rede regular, como é vista por grande parte das pessoas.

Em 1994 ocorreu na Espanha uma conferência conhecida como Declaração de Salamanca, na qual participaram noventa e dois governos e vinte e cinco organizações internacionais, os quais reconheceram a partir daquele momento a necessidade e a urgência de que o ensino chegasse a todas as crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais no âmbito da escola regular. Além disso, referida conferência estabeleceu um decálogo de recomendações que

deveriam ser desenvolvidas por todos os países participantes nos anos que se seguiram, descreve Rodrigues (2008).

Para Rodrigues (2008), incluir significa fazer parte da comunidade da escola, ser reconhecido como membro da comunidade escolar, ter as mesmas oportunidades que o outro tem e ser tratado com igualdade, é um processo que nunca termina, porque sempre haverá um aluno que encontrará barreiras para aprender, assim o autor afirma que:

A inclusão diz respeito a identificação e a remoção de barreiras e isto implica na coleta contínua de informações que são valiosas para atender a performance dos alunos a fim de planejar e de estabelecer metas, à presença, participação e a aquisição de todos os alunos. Presença diz respeito a frequência e a pontualidade dos alunos na sua escolarização. Participação tem a ver em como os alunos percebem a sua própria aprendizagem e se possui qualidade acadêmica. Aquisição se refere aos resultados da aprendizagem em termos de todo conteúdo curricular dentro e fora da escola.

Através da Declaração de Salamanca de 1994 foi observado que cada criança tem características, interesses e capacidades de aprendizagem que lhe são próprios, demonstrando que os sistemas educativos devem ser projetados e os programas aplicados de modo que tenha em vista toda a gama dessas diferentes características e necessidades. Através da mesma, portanto, ficou evidenciado que as pessoas com necessidades educativas especiais devem ter acesso às escolas comuns, que deverão integrá-las numa pedagogia centralizada na criança, capaz de atender a essas necessidades.

Com o passar dos tempos a inclusão adquire espaço e aos poucos consegue mudar radicalmente a visão da sociedade diante de uma criança com deficiência, de maneira que aos poucos a mesma passa a ser vista como uma consequência das barreiras impostas pela sociedade. Por esta perspectiva, é a sociedade que precisa sofrer transformações para dar às pessoas com deficiência o acesso às condições estruturais e humanas para o desenvolvimento das suas potencialidades.

A construção de uma sociedade inclusiva é um processo fundamental para o desenvolvimento e a manutenção de um Estado democrático. Entende-se por inclusão a garantia a todos, do acesso contínuo ao espaço comum da vida em sociedade, sociedade essa que deve estar orientada por relações de acolhimento à

diversidade humana, de aceitação das diferenças individuais, de esforço coletivo, de oportunidades, de desenvolvimento com qualidade, em todas as dimensões da vida.

No artigo 206 da Constituição Federal Brasileira estão elencados os princípios que regem o ensino brasileiro, tendo como premissa:

“A igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (inciso I) e “gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais” prevista no inciso IV. Em seu artigo 208, o inciso III relaciona os deveres do Estado com a educação, garantindo o atendimento especializado às pessoas com deficiência “preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 1994, art. 206).

A inclusão foi assim legalmente consolidada através da Constituição Federal, bem como também pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei 8069/90, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9394/96, pelo Plano Nacional da Educação/1997, pela Resolução nº 2 do Conselho Nacional de Educação, no qual atualmente estão inclusos 566.753 alunos com necessidades especiais, explica Sánchez (2005).

Segundo a Lei de Diretrizes e Base da Educação Brasileira (9394/96, Cap. V, At. 58), todos os alunos com necessidades especiais têm que estudar na escola regular, a não ser que não tenham condições de se integrar.

Desta forma a inclusão possibilitou qualidade de ensino através da Conferência Mundial sob Necessidades Educacionais Especiais, da Conferência Mundial de Educação para Todos, da Declaração de Salamanca propondo qualidade na educação, especialmente para àqueles com deficiência, além de do documento oficial da Secretaria de Estado da Educação (Paraná, 1998, p. 8), no qual colocou-se que a prática da inclusão sugere um novo modo de interação social, no qual há uma revolução de valores e atitudes, que determina mudanças na estrutura da sociedade e da própria educação escolar.

### 2.3 SOCIEDADE, FAMÍLIA E ALUNO

O direito à educação é essencial, todavia muitas vezes é difícil encontrar aquela que reconheça e potencialize as habilidades daqueles que apresentam deficiência especial. Diante desta realidade e considerando que a criança não consegue integrar-se no ambiente escolar devido à exclusão da sociedade, a Educação Inclusiva está fazendo um laço entre todos os participantes da escola, o

que exige um trabalho árduo de construção das relações sociais de todas as crianças na escola como um dos componentes maiores da prática educativa, tendo em vista que não são elas que têm que adaptar-se à escola, mas a escola tem que adaptar-se a elas, trabalhando o processo de exclusão social, pois elas necessitam apenas que lhe sejam dadas oportunidades adequadas para desenvolver seu potencial de aprendizagem para conseqüentemente se integrarem, observa Mantoan (2007).

A inclusão da criança com deficiência se configura como um problema grave, pois muitas vezes a escola não está preparada para receber estes alunos e acabam tornando-os incapacitados limitando as oportunidades e dificultando o aprendizado, da mesma forma ocorre quando percebem que são discriminados. Por isso, a educação de alunos com deficiência têm se voltado, cada vez mais, para chamada Educação Inclusiva. As propostas pedagógicas são que os alunos se desenvolvam de forma digna, sendo respeitados em seus potenciais e suas individualidades, de forma que eles integrem efetivamente o processo de ensino-aprendizagem, realizando-se assim transformações nas práticas pedagógicas das formas tradicionais de ensino, afirma Tessaro (2005).

A sociedade e a família têm que sensibilizar sobre o direito de acesso dos alunos com necessidades especiais à escola regular, aprendendo e ensinando que todos são diferentes, especiais e únicos com direitos adquiridos de igualdade, pois não adianta incluir o aluno dentro da sala de aula e continuar discriminando fora dela, explica Carvalho (2005).

Segundo Almeida (1983), cada filho é esperado pelos seus pais com muitas expectativas de realizações de desejos e de gratificações dos mesmos, de maneira que é inevitável a expectativa dos pais quando espera uma criança, cuja exigência mínima é a antecipação de que a criança venha com todos os atributos de normalidade que a faça capaz de assumir os papéis geralmente prescritos pela sociedade.

Assim, a família é o primeiro contato social do indivíduo e é por ela que o indivíduo se estrutura, cria seus primeiros valores e ideias, precisando então ser sadio, isto é, oferecer bom relacionamento emocional, intelectual e social, pontua Almeida (1983).

Bautista (1997) explica que as expectativas variam e, dependendo da multiplicidade dos fatores, os pais tendem a esperar que sua criança consiga pelo

menos o que eles conseguiram em suas vidas. Assim, quando as expectativas dos pais de que a criança nasça saudável e normal é contrariada pelo nascimento de uma criança deficiente, de modo que os mecanismos de defesa dos mesmos são severamente colocados em choque.

É necessário que a sociedade seja aberta a todos e seja inclusiva, estimule a participação de cada um, valorize as experiências humanas, reconhecendo o potencial de todos os cidadãos, oferecendo oportunidades iguais para que cada pessoa seja livre e tenha autodeterminação, observa Rosa (2004).

O objetivo principal e mais importante da prática educativa é o desenvolvimento social e afetivo, que não pode ser alcançado sem uma aprendizagem social que se adquire tanto no meio familiar, como social e escolar. A criação de um clima familiar e afetivo adequado repercute positivamente no desenvolvimento da criança se forem evitadas as superproduções, ansiedade e rejeição e se houver uma implicação ativa dos pais na sua educação, pontua Rosa (2004).

Rosa (2004) também explica que a participação da família e da comunidade amplia o processo educativo desempenhando um papel vital na educação e na inclusão social de seus membros, tendo acesso a serviços sociais, saúde, serviços educacionais e profissionais existentes na comunidade e a todas as demais oportunidades disponíveis.

A idade escolar e, ainda mais, a pré-escolar são os momentos ideais para se estabelecerem bases sólidas de relação da criança com o meio. A solução para os problemas afetivos tem de ser encontrado onde eles surgem, com a ajuda de especialistas e a colaboração de todos os membros envolvidos na educação da criança, o que inclui pais, professores e psicólogos, observa Carvalho (2000).

Os pais têm o direito de decidir em conjunto com a escola, passando a assumir juntamente com os educadores a responsabilidade pelo processo educativo de seus filhos. Contudo, muitas vezes isso não ocorre pelo fato de os membros da instituição escolar temer a perda da “autoridade” dentro do ambiente escolar ou por desinteresse dos pais em solucionar o tipo de deficiência de seus filhos.

### 3 METODOLOGIA

De acordo com Marconi (2001), não existe ciência sem a utilização de métodos científicos. Portanto, foi de fundamental importância que o presente estudo tenha se embasado em métodos científicos.

Para os procedimentos de coleta dos dados utilizou-se a pesquisa bibliográfica, a qual de acordo com Marconi (2001) tem por objetivo pôr o pesquisador diretamente em contato com tudo o que foi escrito sobre um assunto determinado, permitindo desse modo que o pesquisador tenha uma ajuda paralela no exame de suas observações.

Gil (1999) por sua vez discorre que a pesquisa bibliográfica serve-se de material secundário, ou seja, é realizada através de levantamento de bibliografia já publicada, em forma de livros, publicações avulsas, revistas, imprensa escrita, cujo objetivo é fazer com que o pesquisador entre em contato direto com aquilo que foi escrito acerca de determinado assunto.

Desta forma, segundo este método foi abordado conteúdos e informações através da leitura e livros, artigos, Internet, revistas, bem como da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a fim de evidenciar os direitos que o aluno especial possui quando é incluso, tornando-se assim uma pesquisa documental.

Por fim, conclui-se que os dados adquiridos possibilitaram uma maior compreensão sobre a atual importância da educação inclusiva, assim como do papel da escola, da família, da sociedade, do professor, voltando-se, portanto, para a integração do aluno com deficiência.

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação brasileira tem progredido de certo modo, pois tem observado a importância de se educar e dar a verdadeira oportunidade, considerando que a criança com deficiência tem a mesma necessidade básica que as demais, o que inclui não somente o aspecto de sobrevivência, mas também o de estima. Todavia, ainda tem se observado que ainda há escolas, juntamente com a sociedade, que excluem aqueles que estão fora dos padrões e das expectativas determinadas. Assim, o educador que estiver em sala de aula com o que tem deficiência deverá aos poucos romper com esta visão, não rotulando seus alunos, não se baseando em diagnóstico e sim no que está sendo observado, aplicando avaliações contínuas e não somente em determinados momentos.

A política de inclusão da pessoa com deficiência apresenta um desenvolvimento nas suas atividades educacionais e na responsabilidade da criação de espaços adaptados, do currículo flexível e de práticas exclusivas. Para se avançar nessa direção será necessário criar um ambiente que possibilite identificar, analisar, divulgar e fazer trocas de experiências educacionais inclusivas, para atender a todos com qualidade dentro do seu processo de formação, respeitando a individualidade de cada um.

A escola é um lugar que possibilita partilhar experiências e que se encontra em constante movimento, por isso precisamos mudar com a escola em desenvolvimento. Sabe-se da necessidade e da urgência de se enfrentar o desafio da inclusão escolar e de colocar em ação os meios pelos quais ela verdadeiramente se concretiza. Ensinar não é submeter o aluno a um conhecimento pronto, mas com liberdade e determinação, ampliar significados na medida de seus interesses e capacidades, valorizando todo o seu esforço para aprender.

Pensar em educação e inclusão torna-se indispensável quando a sociedade e a escola buscam meios de garantir a todos o cumprimento dos seus direitos e deveres garantido em Lei, dentre estes, educação de qualidade, buscando atender a alunos com necessidades educacionais especiais.

O processo de inclusão educacional exige planejamentos e mudanças sistêmicas político-administrativas em gestão educacional, que envolvem desde a alocação de recursos governamentais até a flexibilização curricular que ocorre em sala de aula.

Incluir pressupõe tratar de questões relacionadas à diferença, levando em conta a sociedade atual de preconceitos. Pensar a diferença hoje é reestruturar nossas práticas, respeitando a dignidade humana. Há diversos caminhos para se fazer uma educação inclusiva, devendo a escola e a comunidade eleger as melhores formas, observando e estudando a respeito e fazendo as modificações que forem necessárias para que o processo de educação inclusiva realmente aconteça.

Por fim, conclui-se que, a educação inclusiva procura responder às necessidades de aprendizagem de todas as crianças, jovens e adultos transformando os sistemas educacionais, priorizando ações de ampliação da educação infantil, programas para a formação de professores e organização de recursos e serviços pedagógicos, fazendo crescer o direito daqueles que apresentam deficiência no processo educacional, exigindo mudanças na formação de professores e planejamento adaptados para efetivar a educação inclusiva, oferecendo alternativas de atendimento, de forma a estruturar uma nova forma de olhar a Educação, onde acaba por criar uma escuta mais precisa de cada criança.

## REFERENCIAS

- ARANHA, M. S. **Educação Inclusiva – a escola**. vol.3. Coordenação Geral SEESP/MEC; Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2004.
- BAUTISTA, R. (coord). **Necessidades Educativas Especiais**. Lisboa, Denalivro., 1997.
- BEYER, H. O. **Revista da Educação Especial**. Ed. Secretaria de Educação Especial. Brasília, v.2, n.2 , jul/2006.
- BONETI, W. **Educação, exclusão e cidadania**. Ijuí:Ed.UNIJUÍ, 1997.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Centro Gráfico do Senado Federal – Brasília, 1988.
- \_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Ministério da Educação. Lei 9394/96; MEC; Brasília, 1996.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**/ Secretaria de Educação Especial. MEC; SEESP, 2001.
- CARVALHO, R. E. **Removendo barreiras para a aprendizagem**. Rio de Janeiro: WVA, 2000.
- \_\_\_\_\_. **Educação Inclusiva: do que estamos falando?**. 2005. Disponível em: < [http://www.fcee.sc.gov.br/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_view&gid=238](http://www.fcee.sc.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=238)>. Acesso em 07 de dez. 2012.
- \_\_\_\_\_. **Escola Inclusiva: a reorganização do trabalho pedagógico**. Mediação: Porto Alegre/RS, 2008.
- COLL, C. et. al. **Desenvolvimento Psicológico da Educação: Transtornos do Desenvolvimento e Necessidades Educativas Especiais v. 3: 2 ed**. Porto Alegre: ArtMed, 2004.
- FÁVERO, O.; FERREIRA, T. I.; BARREIROS, D. **Tornar a educação inclusiva**. Brasília: UNESCO, 2009.
- FONSECA, V. **Educação Especial: programa de estimulação precoce e uma introdução às ideias de Fuerstein**. Porto Alegre: Artmed, 1995.
- GANDRA, A. **Inclusão Social no Brasil melhorou entre 2001 e 2008, afirma economista**. Disponível em: < <http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2010-05-20/inclusao-social-no-brasil-melhorou-entre-2001-e-2008-afirma-economista>>. Acesso em 07 de dez. 2012.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

\_\_\_\_\_. Caminhos pedagógicos da educação inclusiva. Disponível em: GAIO, Roberta, MENEGHETTI, Rosa (orgs.). **Caminhos pedagógicos da Educação Especial**. 4 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho científico**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MAZZOTA, M. J. S. **Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2001.

MENEZES, E. T. de; SANTOS, T. H. dos. "**Declaração de Salamanca**" (verbete). Dicionário Interativo da Educação Brasileira- EducaBrasil. São Paulo: Midiamix Editora, 2002,

MITTLER, P. **Da exclusão à inclusão**. In: Peter Mittler. **Educação Inclusiva: contextos sociais**; trad. Windyz Brazão Ferreira. Porto Alegre: Artmed, 2003.

\_\_\_\_\_. **Educação Inclusiva: contextos sociais**. Porto Alegre; Artmed, 2003.

OMOTE, S. **Normalização, integração, inclusão. Ponto de Vista**. Vol. 1, nº 1, p. 4-13, 1999.

PARANÁ. **Pessoa portadora de deficiência**. Integrar é o primeiro passo. SEED/DEE, 1998.

RODRIGUES, D. **Revista da Educação Especial**. Ed. Secretaria de Educação Especial. Brasília, v. 4, n. 2, p. 1-58, jul./out. 2008.

ROSA, S. P. S. **Fundamentos Teóricos e metodológicos da Inclusão**. Curitiba: IESDE, 2004.

SÁNCHEZ, P. A. **Revista da Educação Especial**. Brasília: Secretaria de Educação Especial. Brasileira, v.1, n.1, out. 2005.

SCHWARTZAN, J.S. **Educação Especial**. São Paulo, Mackenzie, 1999.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED. **Diretrizes Curriculares da Educação Especial para a Construção de Currículos Inclusivos**. Governo do Estado do Paraná. Secretaria de Estado da Educação Superintendência da Educação: Curitiba, 2006.

TESSARO, N. S. **Inclusão escolar: concepções de professores e alunos da educação regular e especial**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: Corde, 1994.

VITTA, M. C. de.; DAVID, C. M. **Políticas públicas para a inclusão de pessoas portadoras de necessidades especiais na rede regular de ensino: breve análise das propostas nacionais**. Faculdade de História, Direito e Serviço Social –UNESP, Franca. Disponível em: <<http://www.simposioestadopoliticas.ufu.br/imagens/anais/pdf/BP10.pdf>>. Acesso em 07 de dez. 2012.

WERNECK, C. **Muito Prazer eu existo**. Rio de Janeiro: WVA 1995.

\_\_\_\_\_. **Sociedade Inclusiva: Quem cabe no seu todos?**. Rio de Janeiro: WVA Editora, 1999.